

\* Continuação

Aos Administradores e Acionistas  
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucitativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e compromos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos da Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA****Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)**

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente da passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

**Redução ao valor recuperável do ativo Intangível - contratos de concessão (Notas 3(e) e 11)**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.518.002 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

**Outros assuntos****Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, a fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlas nos controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Apreciamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamo-nos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

**Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

CNPJ/ME nº 08.673.873/0001-10 - NIRE 35.300.886.166 - Companhia Aberta

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**DATA, HORA E LOCAL:** Em 06/03/2023 às 10h30, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvergnate, São Bernardo do Campo/SP. **PRESença:** Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA:** Presidente: Marcelo Guidotti; Secretário: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **ORDEN DO DIA:** Deliberar sobre o pagamento do dividendo do acionista de dividendo do exercício social encerrado em 31/12/2021. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas, o Conselho de Administração aprovou o pagamento do dividendo do capital social integralizado da Companhia, relativos ao exercício de 2021, com base em demonstrações financeiras levantadas em 31/12/2021, auditadas e aprovadas em AGO da Companhia realizada em 26/04/2022, às 18h15. O pagamento dos dividendos será realizado a partir de 06/03/2023, cabendo à Companhia informar os valores e datas das liberações. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ato foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 06/03/2023. Conselheiros: Marcelo Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles, e Roberto Borges Paiva. Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles - Secretário. JUCESP nº 101.722/23-0 em 13/03/2023. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA**

**AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2023 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHA INFANTIL EMPILHÁVEL PARA ATENDIMENTO DA ALTA DEMANDA DE VAGAS E NOVAS CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.** A Divisão de Licitações, Compras e Almoxarifado, torna público que o processo licitatório supracitado, se encontra SUSPENSO sine-die. Publique-se para ciência dos interessados. Bragança Paulista, 16 de março de 2023. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitações, Compras e Almoxarifado.

**MP apura se ordens de ataques no RN foram repassadas por advogados de facção**

As autoridades do Rio Grande do Norte investigam se as ordens dos ataques em várias cidades do Estado partiram de líderes da facção Sindicato do Crime, que estão presos, e foram transmitidas pelos advogados da organização. Desde a noite de segunda-feira, 13, houve registros de veículos queimados e tiros a bases da polícia, além de outros crimes. O Ministério da Justiça enviou a Força Nacional ao Estado após pedido da governadora Fátima Bezerra (PT).

Um dos principais suspeitos de ser mandante da série de ataques é José Kemps Pereira de Araújo, que estava em uma penitenciária da Grande Natal desde janeiro e foi transferido para um presídio federal, terça-feira, 14, sob forte escolta policial. Ele é considerado fundador do Sindicato do crime, que comanda as cadeias potiguaras.

Preso em janeiro pela Polícia Federal em Pernambuco, Araújo responde a pelo menos 20 processos envolvendo homicídios, organização criminosa, tráfico de drogas e porte ilegal de armas. Segundo o Estadão, aos advogados e também familiares que mantiveram contato com o preso. Nesta quarta-feira, 15, o Ministério Público informou que uma das advogadas presas na Operação Carteiras, em 2022, foi condenada a quase cinco anos de prisão. Segundo a sentença, a advogada Mona Lisa Amélia Albuquerque de Lima, considerada a "coordenadora dos Gravatas" por se intitular como chefe do esquema de troca de mensagens, teve a pena fixada em quatro anos, nove meses e cinco dias de reclusão. Ela é tida como uma integrante da facção.

**Fracassa federação entre PP e União Brasil; Ciro Nogueira encerra discussões**

Em comunicado curto, o presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira (PI), confirmou que foram encerradas as negociações envolvendo uma possível federação entre seu partido e o União Brasil. "No que diz respeito ao Progressistas, encerramos as discussões para formação de federação junto com o partido União Brasil", publicou o ex-ministro de Bolsonaro em suas redes sociais, ao anunciar

**EIL 01 Participações S.A.**

CNPJ nº 12.192.081/0001-58 - NIRE 35.224.464.221

**Demonstrações Financeiras****Balanço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
Caixa e equivalentes de caixa.....	388	364	Provisão para imposto de renda	1	-
Tributos a recuperar.....	8	4	e contribuição social.....	1	-
Total do ativo circulante .....	396	368	Dividendos a pagar.....	15	2
<b>Total do Ativo</b>	<b>396</b>	<b>368</b>	Total do passivo circulante .....	<b>16</b>	<b>2</b>

**Demoração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)**

Capital Social	Reserva de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
1	379	368

**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**

31/12/2022	31/12/2021
<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Lucros</b>
1	368

**Demonstrações da Fluxo de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro Líquido do exercício.....	27	9	
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	8	3	
Redução nos ativos operacionais:	(4)	(5)	
Impostos a recuperar.....	(7)	(3)	
Redução nos passivos operacionais:	Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais.....	24	4
Imposto de renda e contribuição social .....	364	360	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	388	364	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	24	4	

**Aumento Líquido do Saldo de Caixa Equivalentes de Caixa**

Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
24	4	24

## &lt;b